

Assembleia Constituinte

# Relator quer mandato

inviolável para constituintes

O GLOBO Sexta-feira, 9/8/85

O PAÍS • 3

BRASILIA — O texto da emenda que convoca a Assembleia Nacional Constituinte deve conter garantias mínimas para os constituintes, como a inviolabilidade dos mandatos. Esta opinião foi manifestada ontem pelo Relator da Comissão Mista que examinará a emenda do Governo, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). Ele acha provável apresentar, ao final dos trabalhos da Comissão, um substitutivo à proposta do Executivo, com a média das opiniões expressas.

Entre as sugestões que recebeu, Bierrenbach é favorável, em princípio, à do Deputado Pedro Colin (PFL-SC), que desvincula a data das eleições dos constituintes das eleições de Governadores (15 de novembro de 1986), a fim de que o peso específico dos Governadores não influia na escolha dos constituintes.

Do Deputado João Gilberto (PMDB-RS), Bierrenbach ouviu as sugestões de eleição, em cada Estado, de delegados constituintes, o que considera "um meio-termo entre a proposta fechada do governo e a aberta da sociedade civil", e de criação de uma comissão que tratará da legislação ordinária, formada pelos senadores cujos mandatos terminam em 1990.

O relator pretende reduzir a distância entre a posição oficial do Governo e a posição consensual da sociedade civil quanto à participação popular na formação, composição e discussão da Constituinte.

Nesse sentido, proporá a realização de dois painéis: um sobre aspectos jurídico-constitucionais e outro sobre a participação popular. Para o primeiro, pretende convidar Gofredo da Silva Teles, Raymundo Faoro, Dalmo Dallari e Fábio Comparato, de São Paulo, Pinto Ferreira, de Recife, Paulo Bonavides, de Fortaleza, e Seabra Fagundes, do Rio. Para o segundo, representantes de entidades sindicais, da CNBB e da OAB.

Bierrenbach considera desnecessário chamar o jurista Afonso Arinos, já que ele presidirá a Comissão Constitucional do Executivo. A idéia do Relator é trazer os convidados à Comissão, mas, se não for

possível, está disposto a "correr o País" para conversar sobre a Constituinte.

Cético quanto aos resultados da Comissão Constitucional do Executivo — "pode ser extremamente útil ou inteiramente inútil" — Bierrenbach acha que pode haver comissões até em todos os municípios para debater o assunto, mas declara que compete à Constituinte aproveitar ou não tal colaboração.

O relator acha também desnecessária a formação de uma comissão no Congresso para elaborar um anteprojeto constitucional, por entender que a Constituinte pode ser inteiramente diferente do atual Congresso, "e paradigmas constitucionais têm aí aos milhares".

O importante, na opinião de Bierrenbach, é que o período que vai até a instalação da Assembleia seja aproveitado para a conscientização do povo em relação aos seus direitos. Essa atividade, segundo o Deputado, cabe aos políticos, aos partidos, à universidade e à imprensa.

Bierrenbach julga provável que os trabalhos da Comissão Mista sejam prorrogados por mais 30 dias, "pois, se o número de emendas for o que se espera, vai ser difícil concluir o trabalho em 30 dias, e não há tanta pressa".

Na quarta-feira, o Relator conversou com o Presidente da Comissão, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), para acertar a condução dos trabalhos, e com o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), de quem, segundo informou, não recebeu qualquer orientação para o desempenho da função.

● O Deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) conseguiu ontem o apoio de todos os Líderes partidários na Câmara para a formação da Comissão Interpartidária, cujo objetivo é discutir, em âmbito nacional, temas que serão tratados pela Assembleia Nacional Constituinte e elaborar "uma média de idéias" com sugestões aos constituintes.

## Na instalação da Comissão Mista uma sugestão: permitir candidato avulso

BRASILIA — Foi instalada ontem, no Congresso, com a presença de 16 dos seus 22 membros, a Comissão Mista destinada a examinar a emenda do Governo convocando a Assembleia Nacional Constituinte. O Senador Helvídio Nunes (PDS-PI) foi eleito Presidente e o Deputado Oscar Corrêa (PFL-MG) Vice-Presidente. Durante a reunião, o Deputado João Gilberto (PMDB-RS) sugeriu a previsão, no texto, da eleição de delegados constituintes, o que permitiria as candidaturas avulsas e seria uma forma de mediação entre a vanguarda e as forças políticas.

Considerando ilegal o decreto que instituiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e injurídica a convocação, pelo Presidente da República, de uma Constituinte, o Deputado Siqueira Campos (PDS-GO) requereu à Comissão que sugerisse ao Presidente Sarney a anulação do decreto, extinguindo a Comissão Provisória, e que estudasse a pos-

sibilidade de ser feita consulta popular sobre se o povo legitima ou não a convocação.

Contestando o Deputado, o Senador Hélio Gueiros (PMDB-PA) disse não caber à Comissão fazer propostas ao Executivo. O Deputado Milton Reis (PMDB-MG) afirmou ser tradição da História republicana o envio, pelo Presidente, de mensagem para a "feitura de uma Constituinte". Também contra a posição de Siqueira Campos, o Senador Aloysio Chaves (PDS-PA) disse que faltava amparo regimental à proposta e defendeu a importância da Comissão do Executivo.

O Presidente da Comissão destacou, em rápido discurso, a forma inédita de convocação da Constituinte, afirmando que o País reclama a formulação de nova filosofia de Governo, de organização social e política, e declarou estar seguro de que o Congresso saberá apreciar a oportunidade da convocação da Assembleia.

ANC 88  
Pasta 08/85  
036/1985